

Investimento em Infraestruturas em Portugal

- Modelos de Parcerias com Privados: PPPs e Concessões

Ciclo de Seminários GPEARI/GEE

Tiago Martins | 17.maio.2016



Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

0. Índice

1. Enquadramento	4
2. PPPs e Tratamento Estatístico	11
3. <i>Overview</i> do Setor das PPPs e Concessões em Portugal	16
4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal	21
5. Renegociações de PPPs em Portugal	28
6. Infraestruturas e Mercado Secundário	34

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

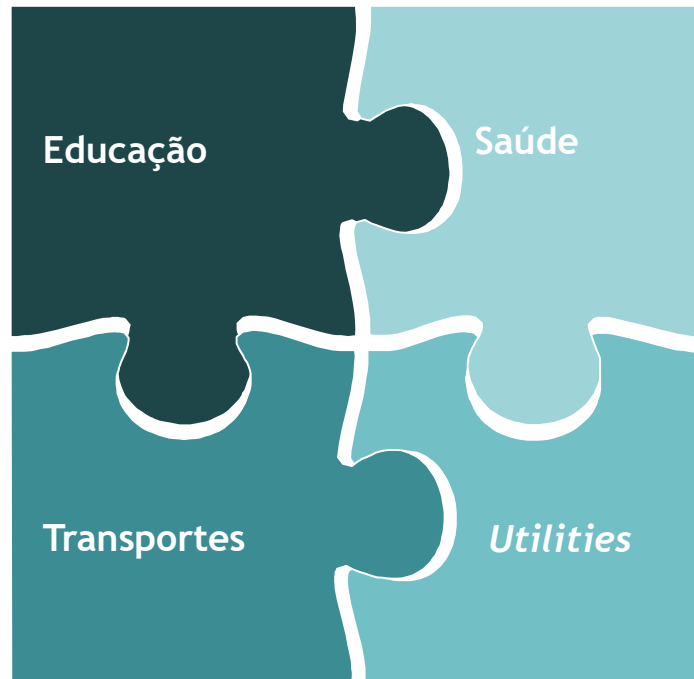
6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

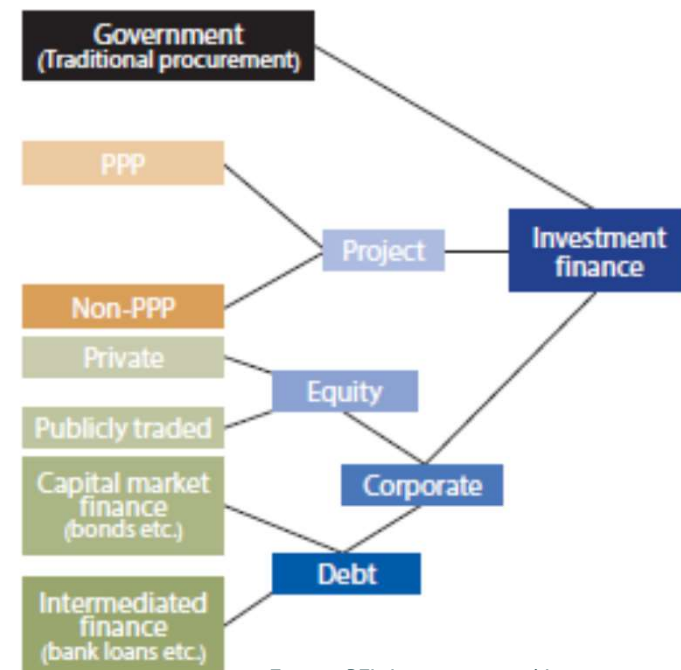
O QUE SÃO INFRAESTRUTURAS ?

- ✓ De acordo com o ESA, o investimento em infraestruturas está incluído nas rubricas de “*other buildings and structures*” ou “*nonresidential investment*”, não existindo estatísticas oficiais sobre esta dimensão específica de ativos
- ✓ O que se pode considerar como investimento em infraestruturas ?



QUAIS AS FONTES DE FINANCIAMENTO ?

- ✓ As origens de fundos para o investimento em infraestruturas podem decompor-se em quatro setores institucionais (Wagenvoort et al., 2010):
 - Investimento público, via contratação tradicional
 - Corporates
 - PPPs
 - Non-PPP project investment



Fonte: BEI, *Investment and Investment Finance in Europe*, 2013

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

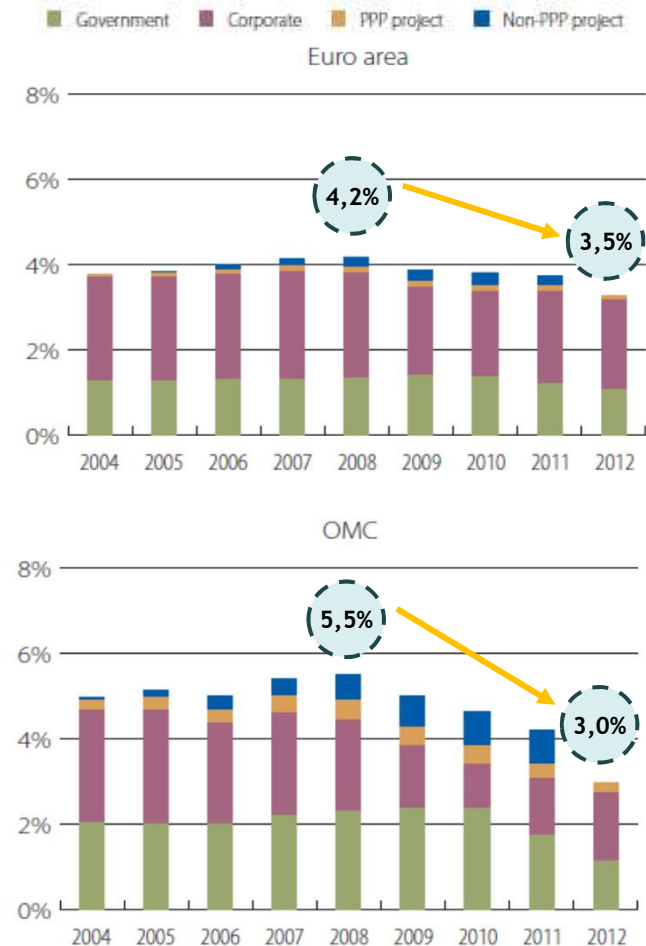
ENQUADRAMENTO EUROPEU

- ✓ O clima de recessão económica e financeira teve um impacto significativo no nível de investimento em infraestruturas
 - Na zona Euro, entre 2008 e 2012, o investimento decresceu, em percentagem do PIB, de 4,2% para 3,5%, respetivamente
 - Este decréscimo foi ainda mais significativo nos países designados por OMC (Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal)
- ✓ A Formação Bruta de Capital Fixo na zona EU-27 em 2012, é 15% inferior aos níveis registados em 2008
- ✓ Na zona OMC, em 2011, o investimento via *Project Finance* representava cerca de 25% do investimento total em infraestruturas (por comparação com 10% ou menos noutros países da zona Euro)

Nota: Euro area - Austria, Cyprus, Germany, Estonia, Greece, Spain, Finland, France, Ireland, Italy, Malta, Portugal, Slovenia
OMC = Old Member States in Crisis (Greece, Spain, Ireland, Portugal)

Fonte: BEI, *Investment and Investment Finance in Europe*, 2013

Investimento em Infraestruturas, por setor institucional (% PIB)



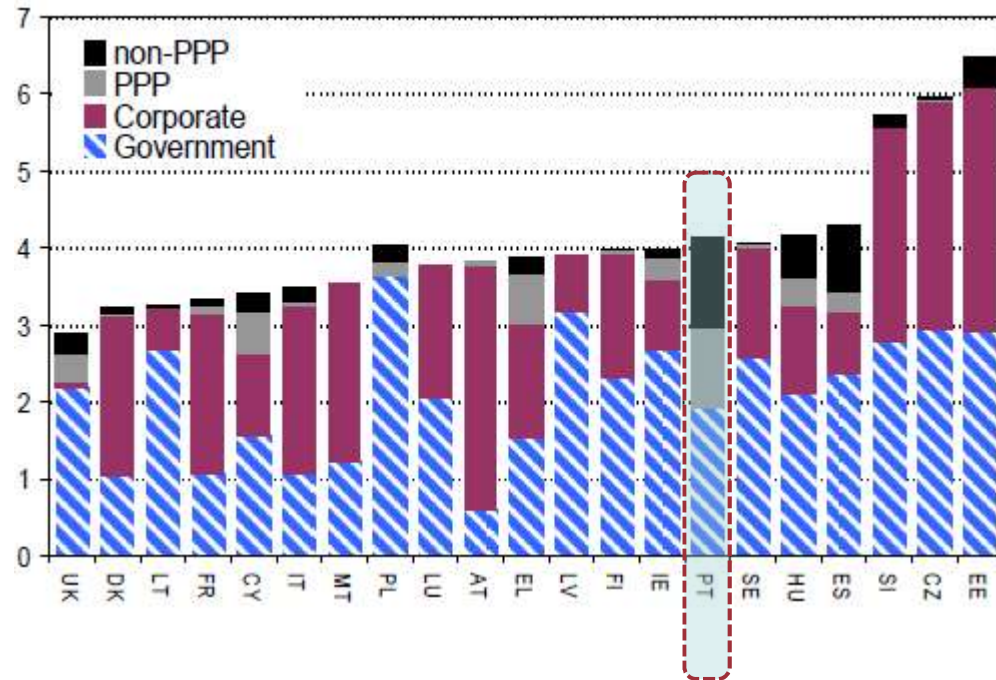
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

ENQUADRAMENTO EUROPEU

- ✓ As principais fontes de financiamento do investimento em infraestruturas na generalidade dos países da UE:
 - Investimento público via contratação tradicional
 - *Corporates*
- ✓ Em diversos países, como Portugal, Espanha, Hungria, Grécia e Chipre, as PPPs têm uma expressão acrescida

Infrastructure Financing por país - 2009 / 11
(em % PIB)



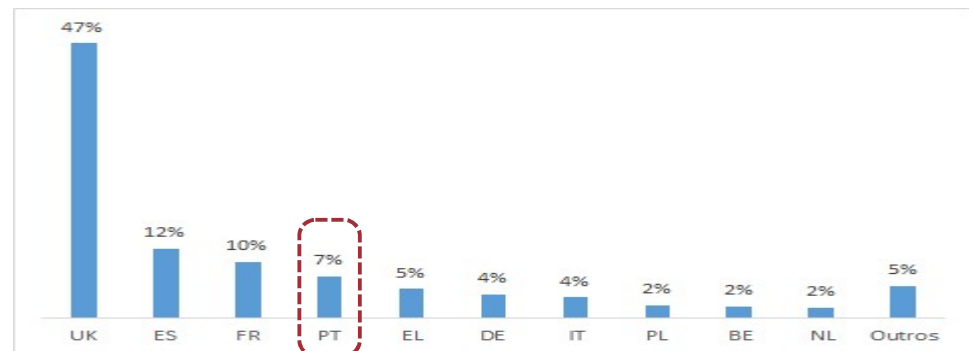
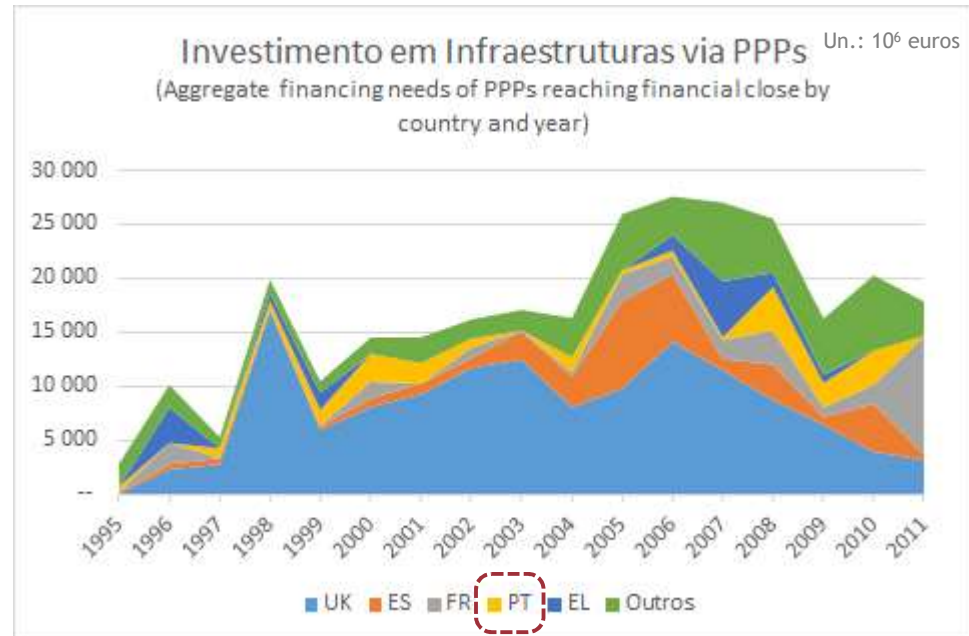
Fonte: ECON Note, PPPs and their Financing in Europe: Recent Trends and EIB Involvement, 2012

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

ENQUADRAMENTO EUROPEU

- ✓ O Reino Unido destaca-se dos restantes países da UE no investimento em infraestruturas através de PPPs
- ✓ Portugal apresenta uma expressão relevante na utilização de PPPs na UE, no período considerado:
 - 1999 a 2002 - lançamento de uma vaga de PPPs rodoviárias (designadamente, as ex-SCUTs)
 - 2008 a 2010 - lançamento de uma 2ª vaga de PPPs rodoviárias (as Subconcessões da IP)



Fonte: ECON Note, PPPs and their Financing in Europe: Recent Trends and EIB Involvement, 2012

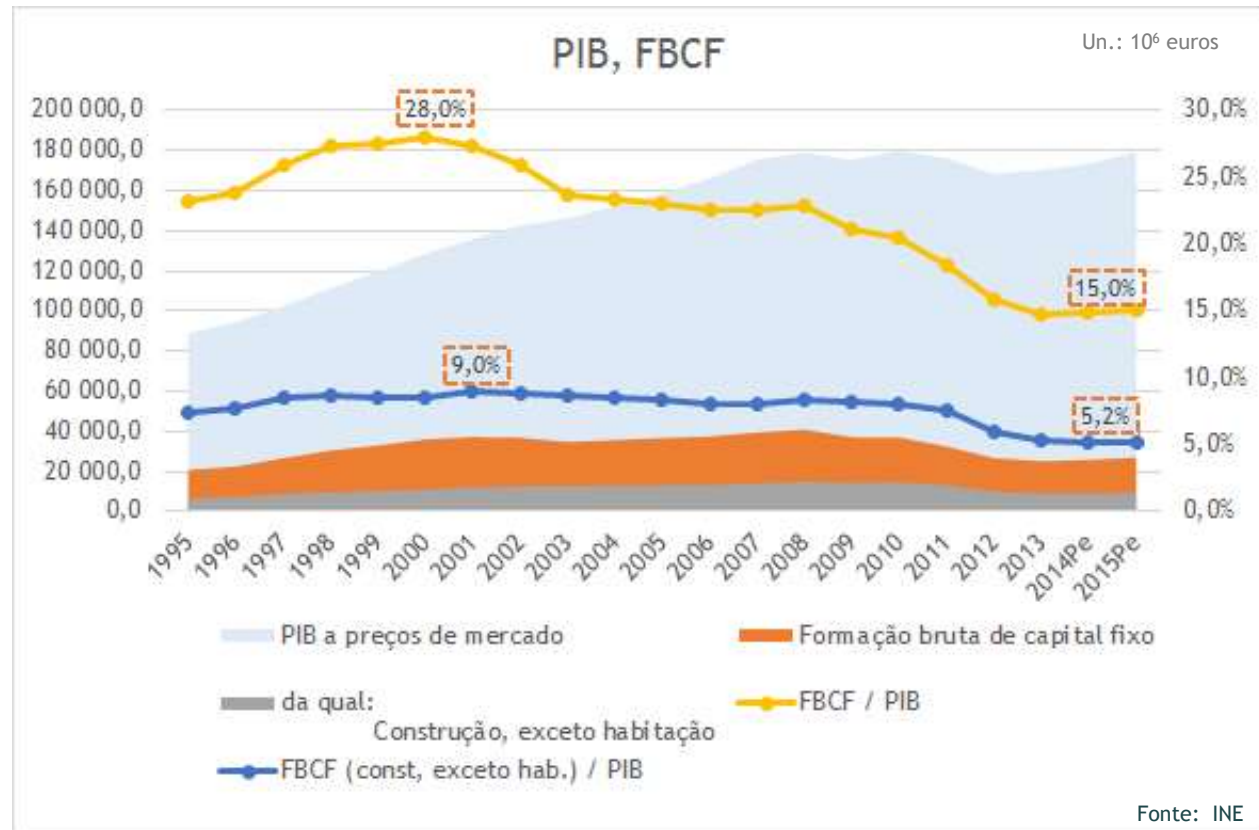
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

ENQUADRAMENTO NACIONAL

✓ A Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal apresenta, na última década, uma tendência de decréscimo, principalmente:

- Desde a crise de 2008
- Após o Programa de Assistência Económica e Financeira, em 2011



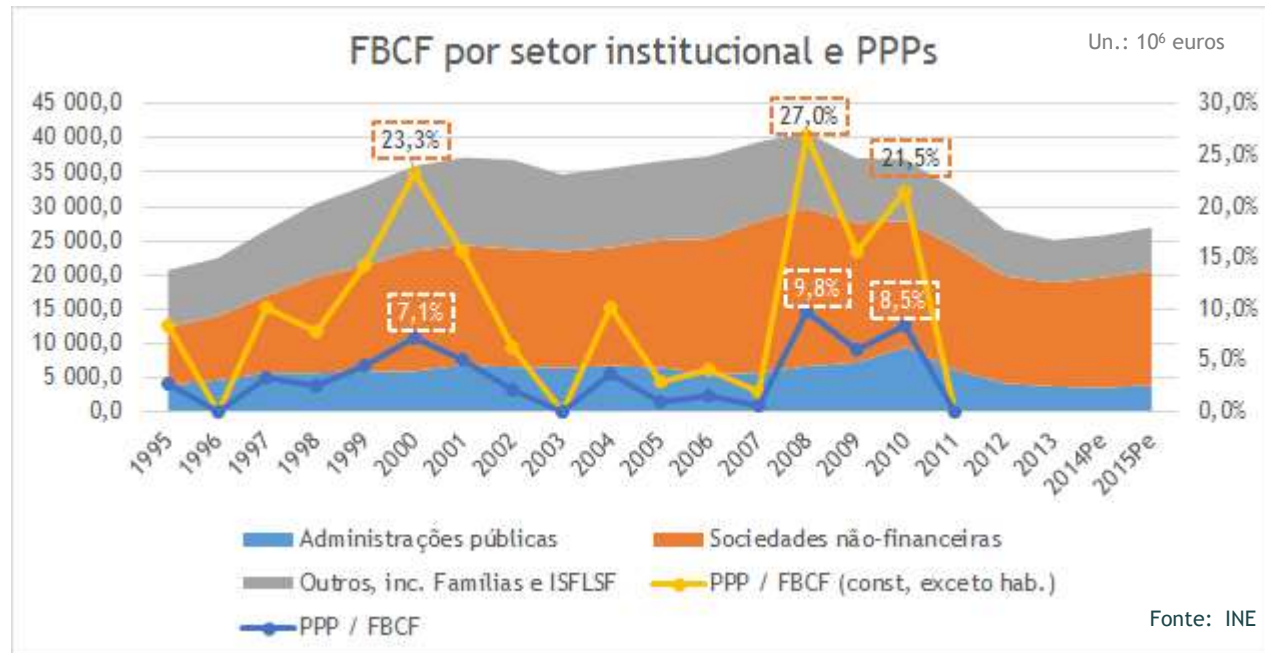
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

ENQUADRAMENTO NACIONAL

✓ A Formação Bruta de Capital Fixo por Setor Institucional:

- APs: tem vindo a reduzir a sua expressão, representando 14% nos últimos 2 anos
- Sociedades Não Financeiras: têm vindo a aumentar a sua contribuição, tendo representado 62% nos últimos 2 anos



✓ As PPPs apresentam uma expressão significativa em alguns períodos, tal como referido anteriormente:

- 1999 a 2002 - lançamento de uma vaga de PPPs rodoviárias (designadamente, as ex-SCUTs)
- 2008 a 2010 - lançamento de uma 2^a vaga de PPPs rodoviárias (as Subconcessões da IP)

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

2. PPPs e Tratamento Estatístico

O QUE SE ENTENDE POR PPPs ?

De acordo com o Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de Maio:

Entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

Excluem-se do âmbito da aplicação deste diploma:

- ✓ As parcerias que envolvam, cumulativamente, para a duração de toda a parceria, um encargo bruto para o setor público inferior a 10 milhões de euros e um investimento inferior a 25 milhões de euros, a valores atualizados para o momento anterior à decisão de lançamento da parceria
- ✓ As concessões de sistemas multimunicipais de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos previstas no Decreto -Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto
- ✓ As concessões atribuídas pelo Estado, através de diploma legal, a entidades de natureza pública ou de capitais exclusivamente públicos

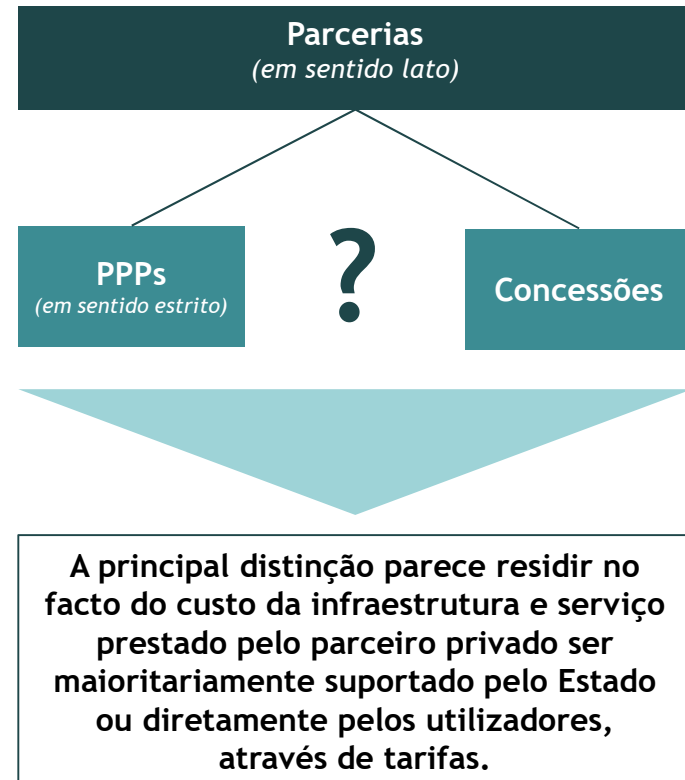
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

2. PPPs e Tratamento Estatístico

QUAL A DISTINÇÃO ENTRE PPPs E CONCESSÕES ?

- ✓ As PPPs, em sentido lato, englobam toda e qualquer parceria estabelecida entre parceiros privados e parceiros públicos
- ✓ Não existe uma definição que permita distinguir entre PPPs e Concessões no âmbito do normativo legal nacional e da UE
- ✓ Contudo, a própria UTAP elabora Boletins Informativos sobre PPPs e sobre Concessões

✓ O Eurostat disponibiliza uma definição que permite distinguir entre PPPs e Concessões, a qual apenas é válida para efeitos estatísticos, ie, em sede de tratamento de Contas Nacionais

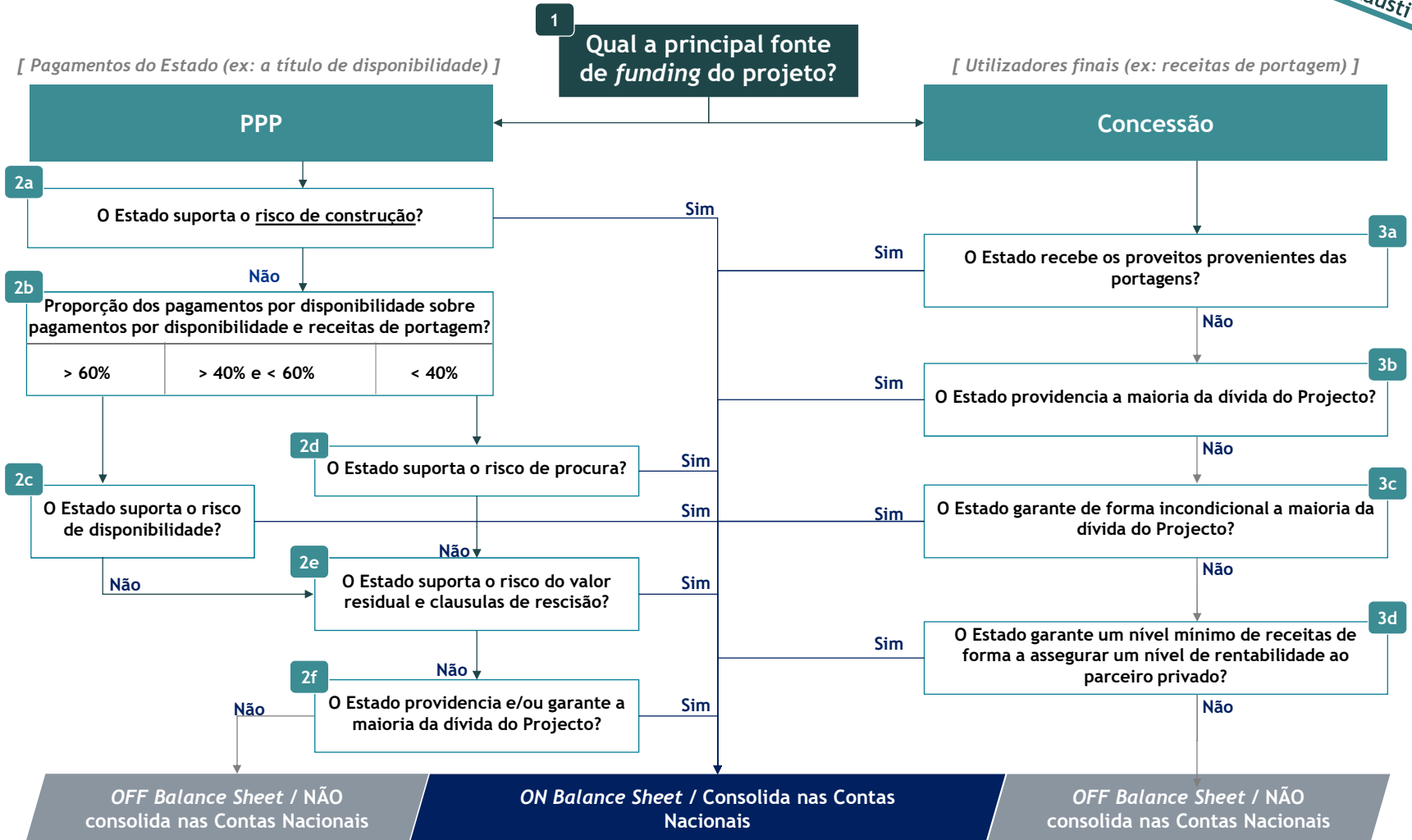


Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

2. PPPs e Tratamento Estatístico

ENQUADRAMENTO EUROSTAT

Não exaustivo



Nota: Não considera ainda eventuais atualizações decorrentes da publicação pelo Eurostat da edição de 2016 do Manual do Défice e da Dívida.

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

2. PPPs e Tratamento Estatístico

ENQUADRAMENTO NACIONAL | CASE STUDY

- ✓ Em 2011, ao abrigo do SEC 2010 (edição 2014) e na sequência das renegociações dos respetivos contratos e modelos de parceria, 3 PPPs rodoviárias foram reclassificadas, tendo deixado de ser consideradas como PPPs, com os respetivos impactos em sede de Contas Nacionais

Procedimento dos Défices Excessivos: revisão da 1ª notificação de 2011

“Concluiu-se que três deles não têm a natureza de contratos PPP em que o investimento realizado é registado no activo do parceiro privado. Naqueles três contratos, os utilizadores estão sujeitos a um pagamento pelos serviços prestados numa proporção significativa relativamente ao pagamento de disponibilidade desses serviços pelas Administrações Públicas (que integram, em Contas Nacionais, a Empresa Pública Estradas de Portugal) à contraparte privada.”

“Em concordância com o Eurostat, este assunto encontra-se agora totalmente clarificado de acordo com o seguinte princípio: quando os utilizadores finais pagam a maioria do custo do serviço, o investimento realizado deve ser registado no activo da unidade institucional que recebe esses pagamentos.”

“Uma vez que as portagens constituem receita das Administrações Públicas, os activos integrados nestes contratos são considerados investimento das Administrações Públicas, afectando em consequência a respectiva necessidade de financiamento. Com efeito simétrico neste saldo, em Contabilidade Nacional, a componente dos pagamentos futuros das Administrações Públicas que visam compensar a contraparte privada nestes contratos pelo investimento realizado, não serão considerados.

Ou seja, com esta alteração, ao aumento do défice no passado está associado o efeito da redução do défice no futuro comparativamente ao que aconteceria caso estes contratos fossem tratados como PPP.”

Fonte: INE

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal


6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal


3. Overview do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

PRINCIPAIS PPPs E CONCESSÕES EM VIGOR EM PORTUGAL

Setor Rodoviário

	N.º Parcerias	21
	Investimento ⁽¹⁾	13,4bn€
	Extensão	3.700kms


Setor Ferroviário

	N.º Parcerias	2
	Investimento ⁽¹⁾	407m€
	Extensão	68kms


Setor Portuário

	N.º Parcerias	32
	Investimento ⁽²⁾	579m€
	Inv. Público ⁽³⁾	905m€


Setor Segurança

	N.º Parcerias	1
	Investimento ⁽¹⁾	112m€
	Tráfego mensal	2.406m


Setor Saúde

	N.º Parcerias	8
	Investimento ⁽¹⁾	455m€
	N.º Camas	1.686

Setor Eletricidade e Gás Natural

	N.º Parcerias	16
	Investimento ⁽²⁾	8,8bn€
	GN + Eletricidade + Hid.	


Setor Aeroportuário

	N.º Parcerias	1
	Investimento ⁽¹⁾	n.d.
	N.º aeroportos	10

Setor dos Resíduos

	N.º Parcerias	11
	Investimento ⁽¹⁾	1,2bn€
	Kg/per capita	454/ano

Setor de Abastecimento de Água

	N.º Parcerias	7
	Investimento ⁽¹⁾	5,3bn€
	Cobertura	95%

Nota: Exclui parcerias municipais e regionais e outras parcerias (ex: telecomunicações, licenças de produção de energia, etc.)

(1) Investimento histórico incorrido pelos parceiros privados até dez.14

(2) Investimento histórico incorrido pelos parceiros privados até dez.13, excluindo, no caso do setor portuário, 7 concessões do Porto de Leixões

(3) Investimento histórico incorrido pelos Concedentes até dez.13

Fonte: UTAP

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

3. Overview do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

PRINCIPAIS PPPs E CONCESSÕES EM VIGOR EM PORTUGAL

PPPs by UTAP

Setor Rodoviário



N.º Parcerias	21
Investimento ⁽¹⁾	13,4bn€
Extensão	3.700kms

Setor Ferroviário



N.º Parcerias	2
Investimento ⁽¹⁾	407m€
Extensão	68kms

Setor Portuário



N.º Parcerias	32
Investimento ⁽²⁾	579m€
Inv. Público ⁽³⁾	905m€

Setor Segurança



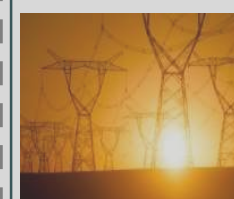
N.º Parcerias	1
Investimento ⁽¹⁾	112m€
Tráfego mensal	2.406m

Setor Saúde



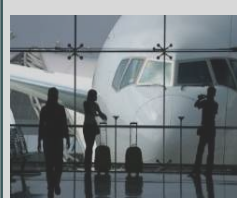
N.º Parcerias	8
Investimento ⁽¹⁾	455m€
N.º Camas	1.686

Setor Eletricidade e Gás Natural



N.º Parcerias	16
Investimento ⁽²⁾	8,8bn€
GN + Eletricidade + Hid.	

Setor Aeroportuário



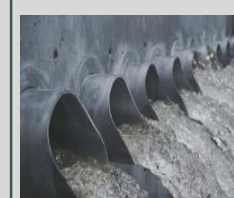
N.º Parcerias	1
Investimento ⁽¹⁾	n.d.
N.º aeroportos	10

Setor dos Resíduos



N.º Parcerias	11
Investimento ⁽¹⁾	1,2bn€
Kg/per capita	454/ano

Setor de Abastecimento de Água



N.º Parcerias	7
Investimento ⁽¹⁾	5,3bn€
Cobertura	95%

Concessões by UTAP

Nota: Exclui parcerias municipais e regionais e outras parcerias (ex: telecomunicações, licenças de produção de energia, etc.)

(1) Investimento histórico incorrido pelos parceiros privados até dez.14

(2) Investimento histórico incorrido pelos parceiros privados até dez.13, excluindo, no caso do setor portuário, 7 concessões do Porto de Leixões

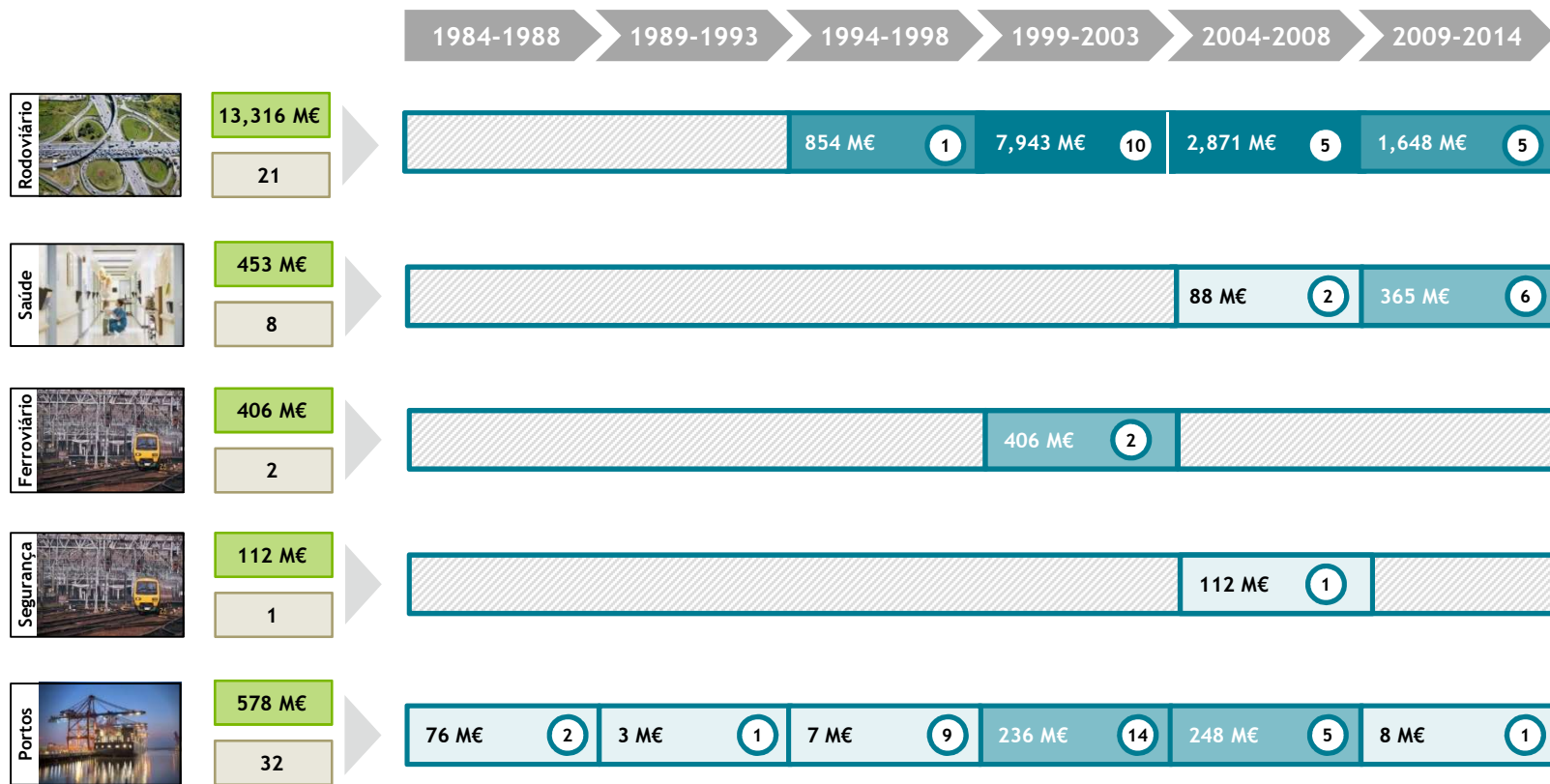
(3) Investimento histórico incorrido pelos Concedentes até dez.13

Fonte: UTAP

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

3. Overview do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

CRONOGRAMA DE LANÇAMENTO DE PPPs E CONCESSÕES PORTUÁRIAS EM PORTUGAL

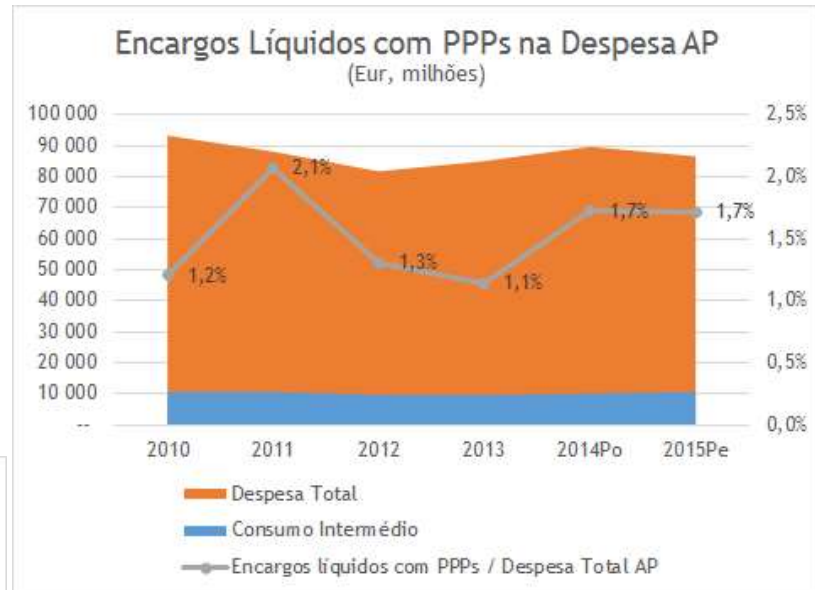
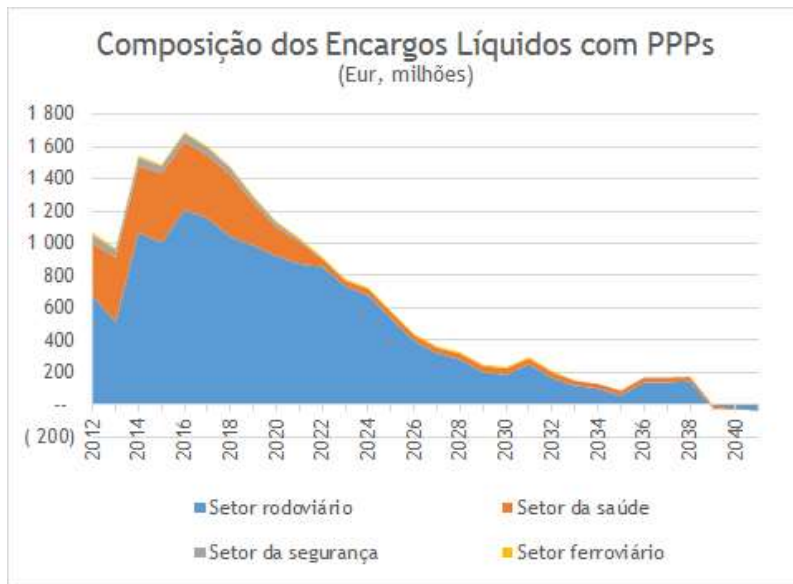


Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

3. Overview do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

ENCARGOS LÍQUIDOS COM PPPs

- ✓ Nos últimos 6 anos, os encargos líquidos com PPPs do Estado representaram entre 1,1% e 2,1% da despesa total da Administração Pública
- ✓ O valor máximo registado em 2011 deve-se a efeitos extraordinários e pontuais nas PPPs rodoviárias



- ✓ O valor máximo de encargos com PPPs estima-se alcançar em 2016, devido ao início das pagamentos das subconcessões rodoviárias da IP
- ✓ Com o termo das PPPs da saúde (componente clínica, entre 2018 e 2020) e face ao perfil de pagamentos das PPPs rodoviárias, estes encargos tenderão a registar uma redução progressiva ao longo do tempo

Fonte: INE, UTAP, OE16

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

FICHA TÉCNICA RESUMO E MODELOS DE REMUNERAÇÃO | PPPs

Setor	Tipo de parceria	Período de lançamento	Prazo (anos)	Concedente	Tarifas Cobradas ao Utilizador	Regime de Remuneração do Privado		
						Tarifas	Pagamentos do Estado	
							Disponibilidade	Procura
Rodoviário	1ª vaga	1995-2007	24-36	Estado	✓	✓	✗	✗
	2ª vaga	1999-2002	30		✓	✗	✓	✗
	3ª vaga	2008-2010		IP	✓ ✗	✗	✓	✓
Saúde	Infraestrutura	2008-2010		30	Estado	✗	✗	✓
	Serv. Clínicos		10	✓		✓		
Segurança	Siresp	2006	15	Estado	✗	✗	✓	✗
Ferrovário	MST e Fertagus	2002	30	Estado	✓	✓	✗	✓

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

FICHA TÉCNICA RESUMO E MODELOS DE REMUNERAÇÃO | CONCESSÕES

Setor	Concedente	Prazo (anos)	Modelo de Remuneração do Privado
Portuário	Administrações Portuárias	15-30	Tarifas máximas
Água	Estado	30-50	<i>Cost-plus</i>
Resíduos	Estado	24-38	<i>Revenue Cap (RAB)</i>
Gás Natural	Estado	40	<i>Revenue + Price Cap (RAB)</i>
Eletricidade	Estado	35-50	<i>Revenue + Price Cap (RAB)</i>
Hídrico	Estado	65-79	Tarifas de mercado + disponibilidade
Aeroportuário	Estado	50	<i>Revenue Cap</i>

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

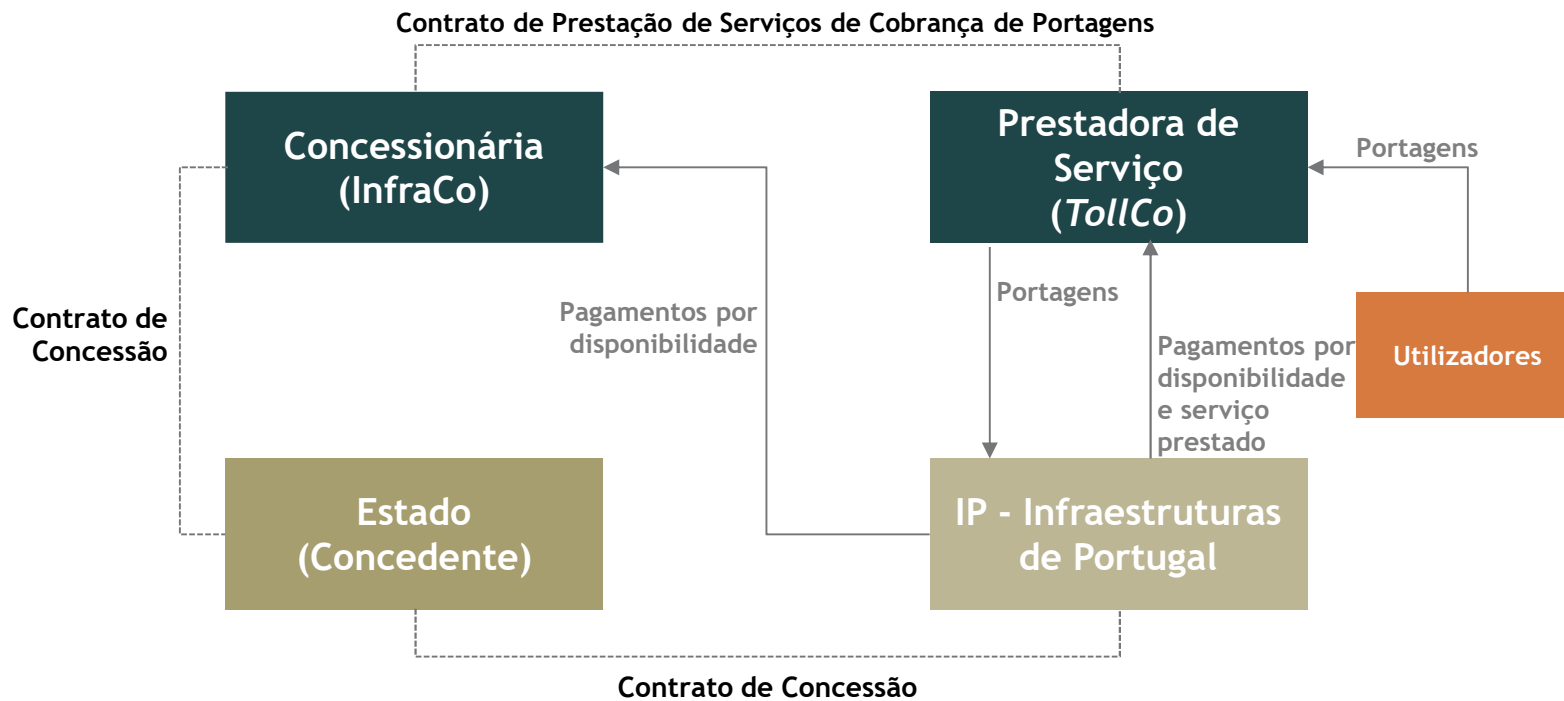
OUTROS TERMOS E CONDIÇÕES REGULADOS NOS CONTRATOS DE PARCERIA

- ✓ Reposição do Equilíbrio Financeiro
- ✓ Ganhos de Refinanciamento
- ✓ Partilha de Benefícios
- ✓ Compensações ao Concedente
- ✓ Regime de Reversão
- ✓ *Termination clauses*
 - Sequestro
 - Resgate
 - Rescisão

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

ESTRUTURAS CONTRATUAIS | CASE STUDY EX-SCUTS



Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

ESTRUTURAS CONTRATUAIS | CASE STUDY SETOR DA SAÚDE

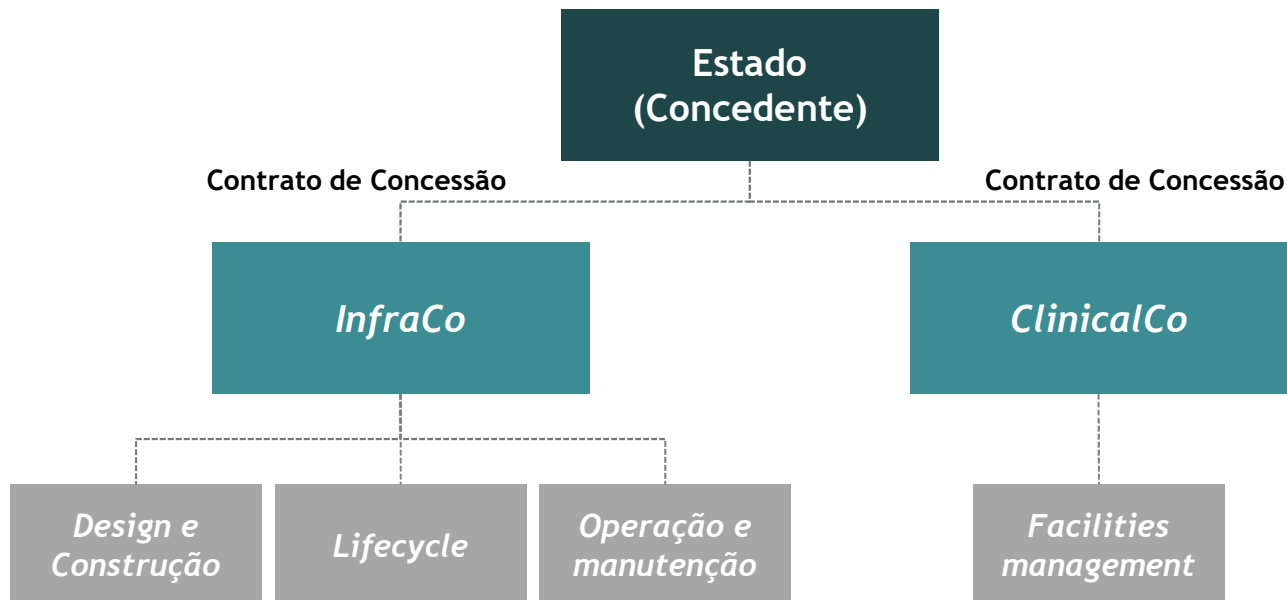
PPP Infraestrutura

Privado	<ul style="list-style-type: none">■ Construção■ <i>Hard facility management</i>
Prazo	<ul style="list-style-type: none">■ 30 anos



PPP Serviços Clínicos

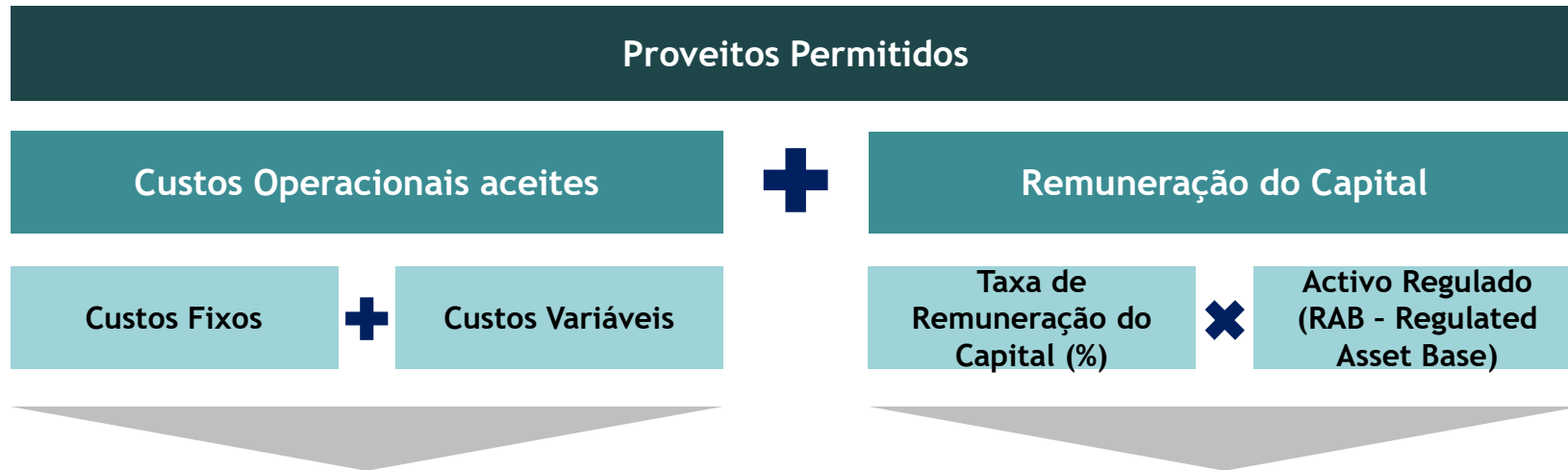
Privado	<ul style="list-style-type: none">■ Serviços clínicos■ <i>Soft facility management</i>
Prazo	<ul style="list-style-type: none">■ 10 anos



Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

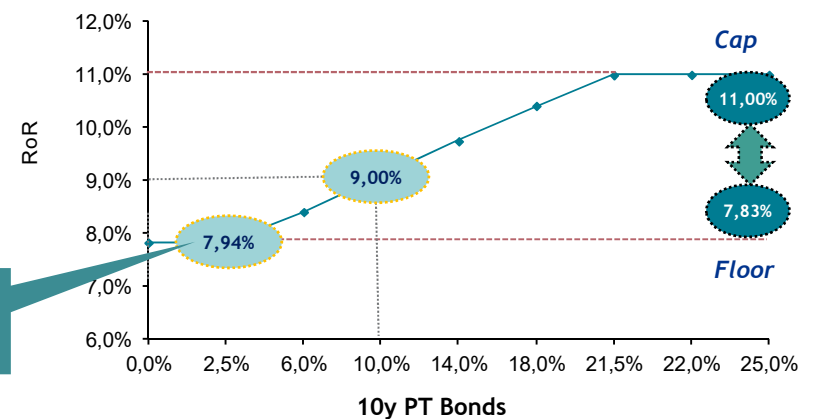
MODELO DE REGULAÇÃO POR REVENUE / PRICE CAPS | CASE STUDY GÁS NATURAL



Os Custos Operacionais aceites e a respectiva definição dos *price caps* aplicados estão anualmente indexados aos seguintes factores:

- Inflação/ Índice de Preços do Consumidor ; e
- Critério de Eficiência definido pelo Regulador para cada operador, numa base anual.

RoR - cap, floor vs PT Bonds



Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

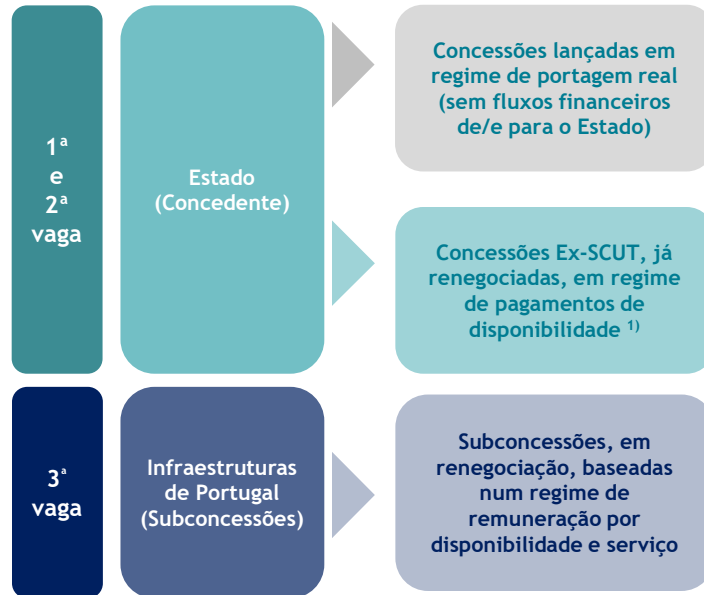
6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

RENEGOCIAÇÃO DAS PPPs RODOVIÁRIAS

- Existem **24 concessões rodoviárias em Portugal**, incluindo 3 concessões localizadas nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores
- As concessões rodoviárias foram lançadas ao longo de 3 períodos distintos de tempo e podem segmentar-se em 3 modelos distintos de concessão



Notas: 1) Inclui 2 concessões originalmente não integradas no modelo SCUT (Grande Lisboa e Norte, da Ascendi)

Adicionalmente, a concessão Beira Interior foi renegociada num modelo misto, de pagamentos por disponibilidade e assunção parcial de risco de tráfego (com as receitas de portagem a serem transferidas para a esfera da concessionária)

2) Euroscut Açores ainda se encontra sob um modelo SCUT

As concessões da Madeira encontram-se em renegociação, tendo sido originalmente lançadas sob o modelo SCUT.

Principais Acionistas	Concessão / Subconcessão	Termo	Extensão (Km)		
			Portajada	Total	
	● AE Atlântico	2028	175	175	
	● Douro Litoral	2034	76	76	
	● Litoral Centro	2034	93	93	
	● Brisa	2035	1,129	1,129	✘
	● Baixo Tejo	2038	17	74	Em renegociação
	Total		1,490	1,547	
	● Ascendi Norte	2029	175	175	✓
	● Ascendi Grande Lisboa	2036	23	23	
	● Ascendi Pinhal Interior	2040	108	520	Em renegociação
	● Ascendi Beiras Litoral e Alta	2031	173	173	✓
	● Ascendi Costa de Prata	2030	77	110	✓
	● Ascendi Grande Porto	2032	49	56	✓
	● Ascendi Douro Interior	2038	-	242	Em renegociação
	Total		604	1,298	
	● Euroscut Algarve	2030	130	130	✓
	● Euroscut Norte Litoral	2031	108	113	✓
	* 2) Euroscut Açores	2036	31,1	31,1	
	Total		269,1	274,1	
ACS / Iridium / Elevo / Tecnovia	● Baixo Alentejo	2038	68	336	Em renegociação
	● Algarve Litoral	2039	-	279	Em renegociação
SdC / Ascendi / A. Ribeiro	● Scutvias - Beira Interior	2029	215	178	✓
Sonae / Eiffage	● Norscut - Interior Norte	2030	157	157	✓
Ascendi / Vinci	● Lusoponte	2030	24	24	✘
SdC / Globalvia	● AE Transmontana	2038	14	191	Em renegociação
MSF / Lena / Brisa	● Litoral Oeste	2039	19	111	Em renegociação
Concessões das Regiões Autónomas da Madeira	* 2) ● ViaLitoral	2025	44,2	44,2	
	● Via Expresso	2039	0	80,3	

Legenda: ✓ Processos de renegociação concluídos
✘ Processos de renegociação em stand-by

Fonte: UTAP, Concessionárias

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

RENEGOCIAÇÃO DAS PPPs RODOVIÁRIAS | BACKGROUND

	CC original	Renegociações (1ª vaga) @10/11	Renegociações (2ª vaga)
Ex-SCUTs	<ul style="list-style-type: none"> Risco de tráfego alocado ao Privado, (remuneração tipo <i>shadow tolls</i>) Concessões NÃO portajadas 	<ul style="list-style-type: none"> Introdução de portagens, recebidas pela IP Remuneração baseada em <i>shadow toll</i> substituída por pagamentos por disponibilidade Privado assume risco de disponibilidade, em detrimento de risco de procura 	<ul style="list-style-type: none"> Principais <i>drivers</i>: <ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade do setor rodoviário Compromissos de redução de custos ao abrigo do PAEF Objetivos do Governo: <ul style="list-style-type: none"> Redução dos encargos líquidos, através: <ul style="list-style-type: none"> Transferência das Grandes Reparações para a IP Redução do objeto (subconcessões) Decréscimo dos níveis de serviço associados à O&M Redução da TIR Acionista
Portagens reais	<ul style="list-style-type: none"> Risco de tráfego alocado ao Privado (remuneração com portagens reais) Concessões sem encargo para o Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Remuneração por portagens reais substituída por pagamentos por disponibilidade Privado assume risco de disponibilidade, em detrimento de risco de procura 	
Subconcessões	<ul style="list-style-type: none"> Programa de subconcessões da IP, envolvendo um mecanismo de remuneração baseado em disponibilidade e, parcialmente, em risco de tráfego As subconcessões são parcialmente portajadas, de acordo com o modelo de cobrança eletrónica de portagens (<i>multi lane free flow</i>) Parte significativa do objeto das subconcessões refere-se à beneficiação, requalificação e manutenção de estradas sem perfil de “alta prestação” 		

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

RENEGOCIAÇÃO DAS PPPs RODOVIÁRIAS | ESTRATÉGIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

i) Redução dos encargos brutos do Estado / IP

Principais medidas:	Concessões (renegoc. concluídas)	Subconcessões (neg. em curso)
▪ <u>Redução do objeto</u> (suspensão de construção e transferência de lanços para a gestão direta da IP)	n.a.	✓
▪ <u>Redução dos standards</u> de operação e manutenção (revisão PCQ e MOM)	✓	✓
▪ <u>Transferência</u> da responsabilidade pelas <u>grandes reparações</u> para a IP	✓ (exceto Beira Interior)	✓ (exceto AE Transmontana)
▪ Redução TIR Acionista	✓	✓

ii) Outras alterações

Partilha de benefícios:	Concessões (renegoc. concluída)	Subconcessões (neg. em curso)
▪ Possibilidade de <u>prorrogação do prazo de concessão</u>	✓ (para 6 contratos)	✗
▪ <u>Partilha de upside</u> de receitas de portagem	✓	✗
▪ <u>Partilha de poupanças</u> com grandes reparações	✓ (exceto Beira Interior)	✓ (exceto AE Transmontana)

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

RENEGOCIAÇÃO DAS PPPs RODOVIÁRIAS | ESTRATÉGIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

iii) Redução de encargos líquidos do Estado / IP | Alteração da matriz de riscos

- Redução de encargos líquidos é inferior à redução de encargos brutos devido a:
 - Transferência dos encargos com grandes reparações para o Estado
 - Transferência dos encargos com O&M e grandes reparações para a IP, relativos aos lanços transferidos nas subconcessões
 - Suspensão de construção de novos lanços (encargo acrescido para o Estado, caso estes lanços venham a ser efetivamente construídos no futuro)
 - Transferência das receitas de portagem (Beira Interior)
 - Partilha de benefícios com concessionárias (possibilidade de prorrogação do prazo de concessão, *upside* de receitas de portagem, poupanças com grandes reparações)

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

RENEGOCIAÇÕES DE PPPs E CONCESSÕES NOUTROS SETORES

- ✓ Segurança - Siresp
- ✓ Concessões portuárias
- ✓ Concessões ferroviárias

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

1. Enquadramento

2. PPPs e Tratamento Estatístico

3. *Overview* do Setor das PPPs e Concessões em Portugal

4. Principais mecanismos contratuais das PPPs e Concessões em Portugal

5. Renegociações de PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

ATIVIDADE DE M&A NO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS

Não-exaustivo

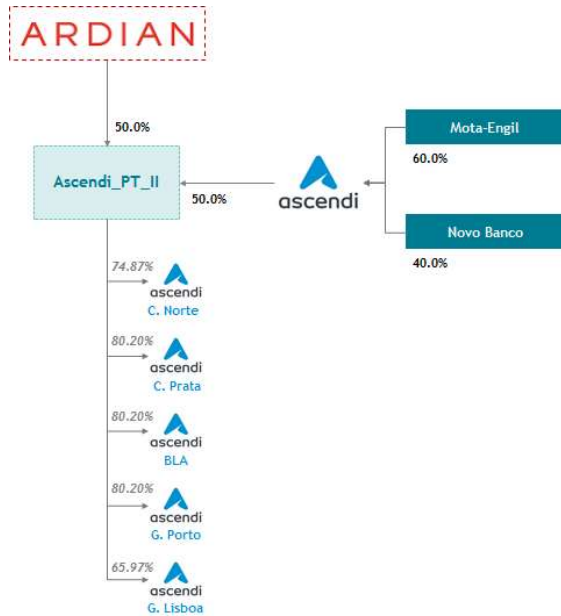


Nota: Não inclui transações relevantes no setor das infraestruturas ocorridas em 2015 e 2016 (ex: Hospitais PPPs, Concessões portuárias (TERTIR), Brisa (BCR), etc.)

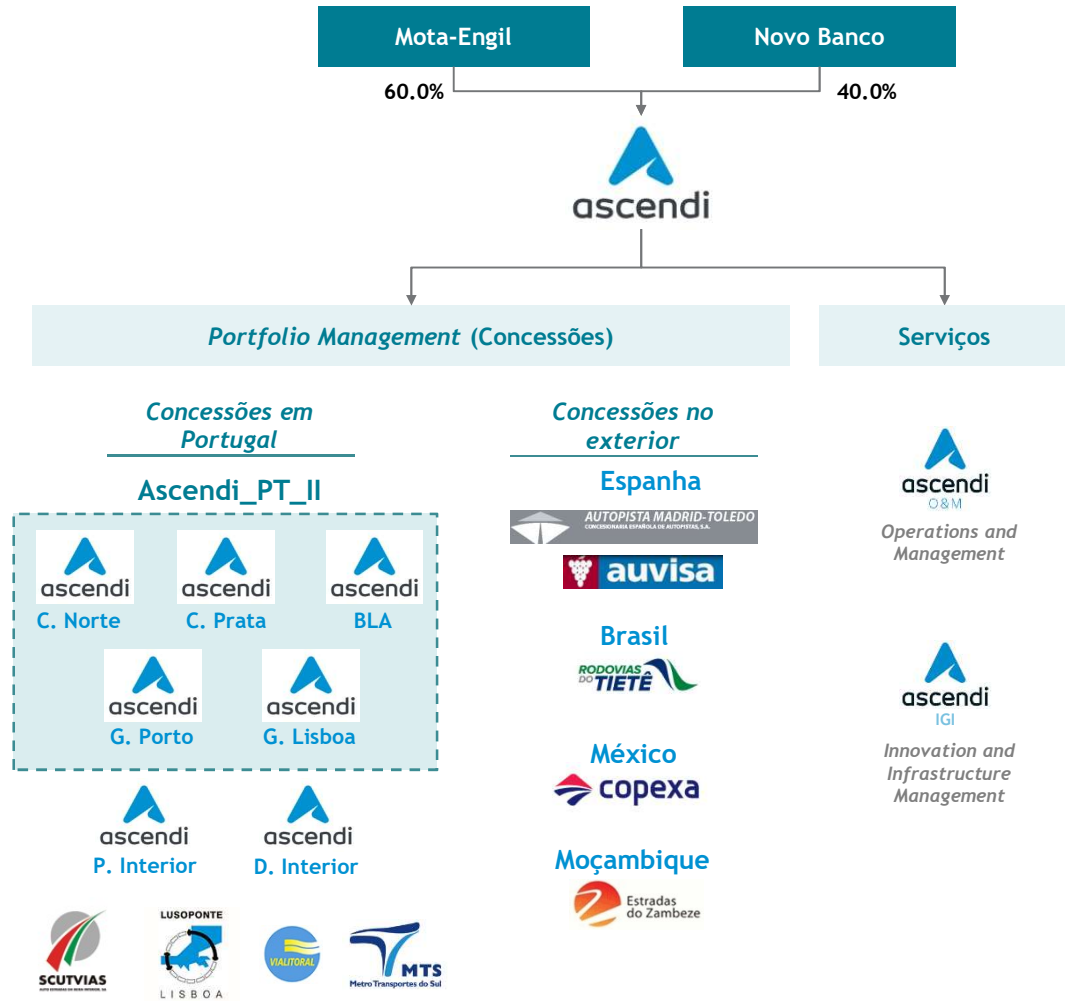
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

TRANSAÇÕES RECENTES NO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | ARDIAN



- Ex- AXA Private Equity
- Sociedade tipo *Private Equity*, equivalente a um fundo de investimento, atualmente baseada em França
- Detém US\$50MM de ativos sob gestão
- Detida maioritariamente pelos seus gestores e colaboradores



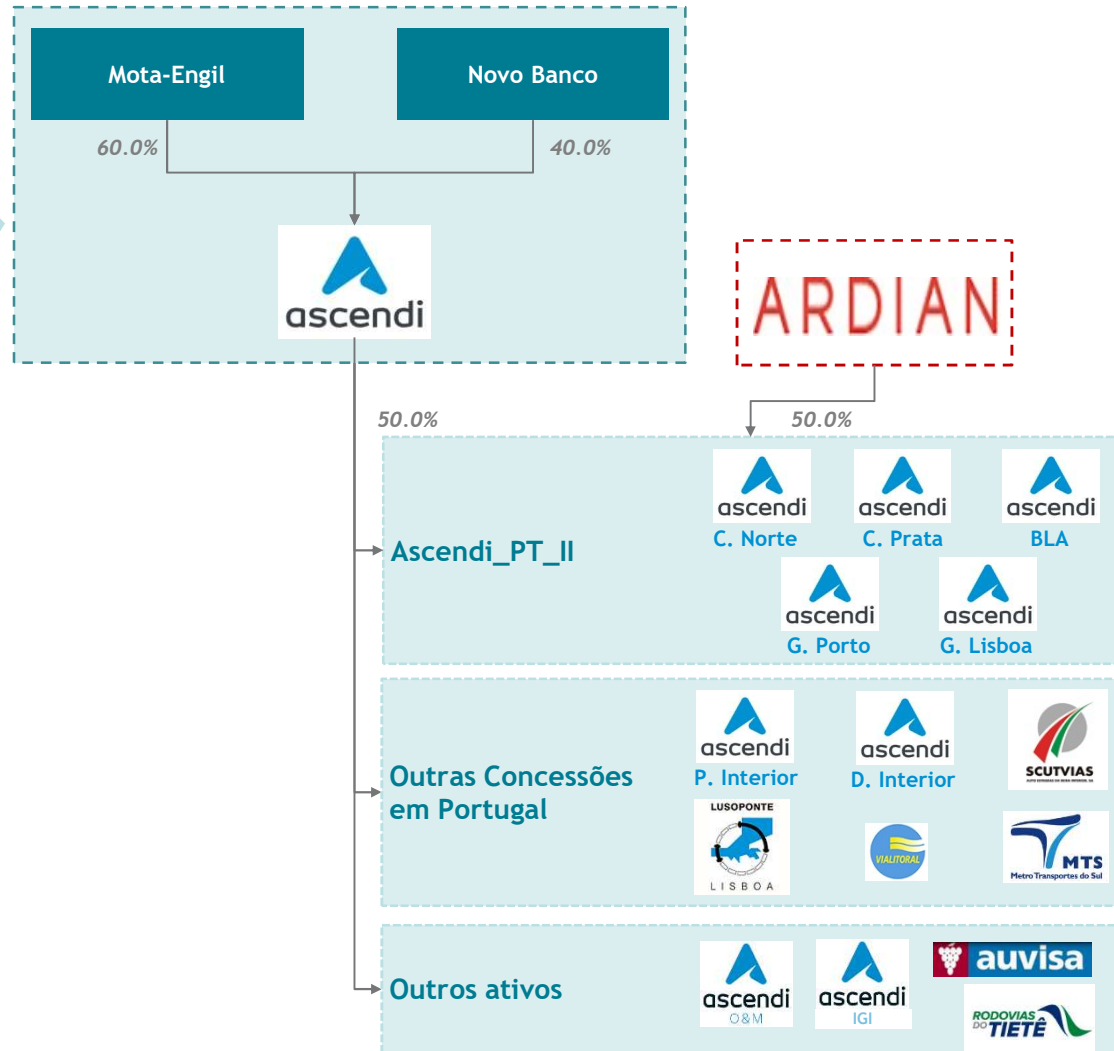
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

TRANSAÇÕES RECENTES NO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | ASCENDI

Alienação da maioria do Capital Social da Ascendi

- Alienação de, pelo menos, 80% da Ascendi
- Vendedores:
 - Novo Banco: Alienação da totalidade da participação (40%)
 - Mota-Engil: Alienação de, pelo menos, 40%
- Potenciais Investidores
 - Ardian
 - PSP Investments
 - KKR
- Status
 - *Binding Offers*



Fonte: Infra-news

Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

TRANSAÇÕES RECENTES NO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | ASCENDI

[Home](#) > [News](#) > [Funds and Acquisitions](#)

Print this page

07 Apr 2016 | Portugal | Roads

Antonio Fabrizio

Last phase of negotiations reached for Ascendi sale

A preferred bidder for Portuguese road group [Ascendi](#) is expected to be selected during this quarter, it is understood.

The owners of Ascendi, Portuguese construction group Mota-Engil (60%) and lender Novo Banco - previously Banco Espírito Santo (40%) - are understood to be in the last phase of negotiations with the final bidders.

A preferred bidder could be announced as early as May, according to market sources.

The two Portuguese investors are selling between 80% and 100% of their shares, it is understood – higher than initial plans involving a sale of at least a 60% stake.

Novo Banco is selling its entire stake as part of the troubled bank's efforts to reduce non-core activities.

Mota-Engil is selling in order to reduce debt and strengthen its balance sheet. The developer said on 4 April that its shares in Ascendi were reclassified as "non-current asset held for sale" as of 31 December 2015.

Binding bids were due to be submitted in February, but they were postponed until mid-March, *InfraNews* understands.

Ardian, PSP Investments and KKR are understood to be amongst the final bidders for the asset. Ardian is seen as a frontrunner by the market, due to its existing investments in Ascendi.

In February 2016, [Ardian Infrastructure Fund IV](#) reached financial close on its acquisition of a 50% stake in five Ascendi-owned Portuguese toll road concessions for EUR 300m.

Sell-side advisors on the overall sale process are Haitong Bank (financial), formerly known as Banco Espírito Santo de Investimento (BESI), and Portuguese law firm [Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados \(MLGTS\)](#).

Ascendi comprises three business units including asset management, which holds the company's stakes in 16 transport concession projects, an operation and maintenance division and a toll collection unit.

The concessions projects include road assets totalling 3,000km, bridges, tunnels and railways across Portugal, Brazil, Mexico, Spain and Mozambique, according to the company's website.



Fonte: Infra-news

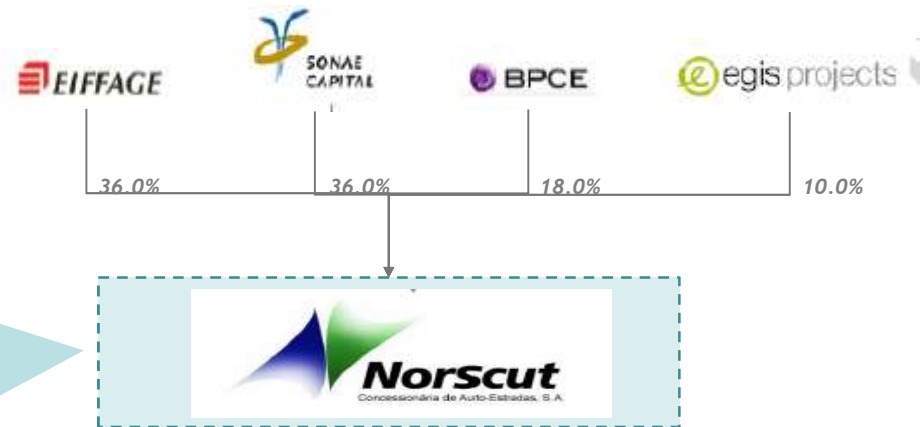
Investimento, Infraestruturas e PPPs em Portugal

6. Infraestruturas e Mercado Secundário

TRANSAÇÕES RECENTES NO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | NORSCUT

Alienação de 100% do Capital Social da NORSCUT

- Alienação das participações sociais atualmente detidas pelos acionistas da Norscut
- Vendedores:
 - Eiffage
 - Sonae Capital
 - BPCE
 - Egis
- Investidor
 - Meridiam



Home > News > Funds and Acquisitions

Print this page

06 Apr 2016 | Portugal | Roads
Antonio Fabrizio

Meridiam to acquire Portuguese motorway concessionaire

Meridiam has reached an agreement to acquire 100% of the shares in Portuguese motorway concessionaire Norscut, it has emerged.

Meridiam is acquiring the asset via Meridiam Infrastructure Europe II. The sellers are Portuguese investor Sonae Capital (36%), Eiffage (36%), French banking group BPCE (18%) and EGIS Projects (10%).

In a statement, Sonae Capital said its 36% stake was sold for EUR 42m. It is understood the price tag of the entire asset was in the EUR 110m-EUR 130m range.

The deal awaits greenlight from the grantor, competition authorities and also the concessionaire's lenders before it can reach financial close.

The sellers were advised by Haitong Bank (financial), formerly known as Banco Espírito Santo de Investimento (BESI), and Portuguese law firm Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS). Campos Ferreira Sa Carnero & Associado were buy-side advisors.

Binding offers for the asset, which attracted several infrastructure funds, were submitted on 15 January 2016 following submission of non-binding offers on 19 October 2015.

Alongside Meridiam, it is understood that InfraRed, PSP Investments and Natixis-owned Mirova also considered acquiring the asset.

Norscut- Concessionária de Scut Interior Norte is the concessionaire for the 155km long A24 motorway, which links the Portuguese cities of Viseu and Chaves.



- Muito Obrigado -

CONTACTOS

Tiago Martins

Adjunto do Gabinete

Ministro do Planeamento e Infraestruturas

Tel: (+351) 210 426 208

Tlm: (+351) 913 600 402

e-mail: tiago.l.martins@mpi.gov.pt

tiagomarquesmartins0@gmail.com